

Consun rejeita orçamento com reajuste de 72,74%

O orçamento da Uerj foi aprovado pelo Conselho Universitário sem a previsão de reajuste de 72,74%. Parte da bancada dos técnico-administrativos apresentou proposta de inclusão de R\$ 7 milhões no orçamento da Uerj para a implementação total do Plano de Carreira dos servidores, que foi aprovada por unanimidade.

Nos dias 24 e 25 de julho foi realizada a quarta sessão ordinária do Conselho Universitário (Consun) que teve como principal item de pauta a proposta orçamentária para exercício de 2009. No primeiro dia, a Diretoria de Planejamento e Orçamento (Diplan) apresentou um histórico orçamentário da Uerj desde 2003 e a proposta de orçamento para 2009.

Algumas discussões causaram polêmica nas sessões: o reajuste salarial, os 6% constitucionais e o preenchimento do SIGO (Sistema Integrado de Gestão Orçamentária).

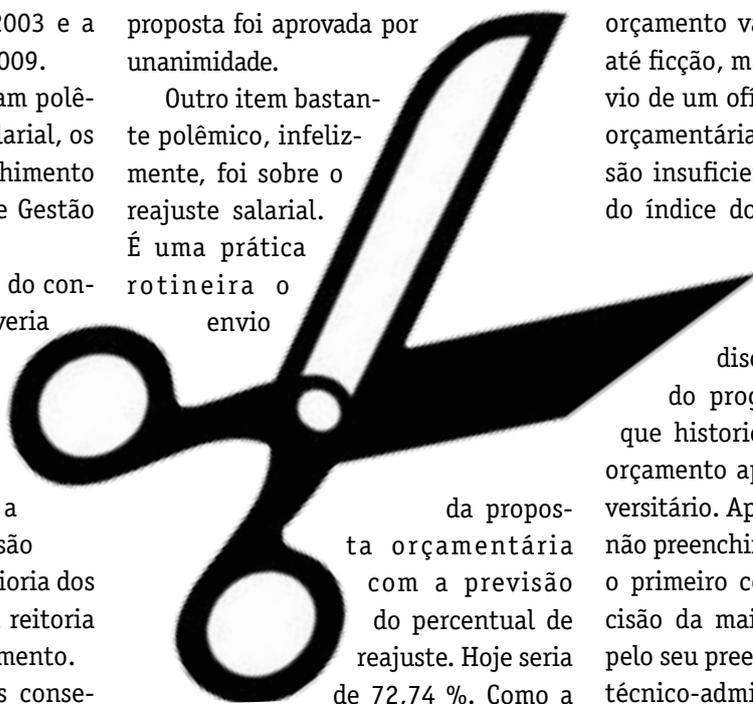
Segundo a maioria docente do conselho, o orçamento da Uerj deveria conter nos seus valores o limite máximo (teto) de 6% da receita tributária líquida. Nossa bancada foi firme e contrária a esta tese, já que a constituição estadual fala que são "no mínimo 6%". Contudo a maioria dos conselheiros concordou com a reitoria em estabelecer cortes no orçamento.

Lembramos ao reitor e aos conselheiros presentes que, até hoje, nenhum orçamento aprovado ficou preso ao teto dos 6%. Todos os orçamentos até hoje votados no Consun obedeciam ao artigo 309 da constituição estadual que prevê o mínimo de 6% da Receita Tributária Líquida (RTL) para a universidade.

Emendas ao orçamento

Logo após, foram votadas as propostas de emendas aditivas ao orçamento. Parte da bancada dos técnico-administrativos propôs uma emenda de R\$ 7 milhões para a implementação total do Plano de Carreira dos servidores. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Outro item bastante polêmico, infelizmente, foi sobre o reajuste salarial. É uma prática rotineira o envio



da proposta orçamentária com a previsão do percentual de reajuste. Hoje seria de 72,74 %. Como a decisão da maioria do conselho foi de fixar o teto em 6% não havia como acrescentar o percentual total de reajuste, pois ultrapassaria o teto fixado pela reitoria e pelos conselheiros docentes. A proposta orçamentária então encaminhada foi com a previsão de 30% de

recomposição salarial, percentual bem inferior ao valor proposto pela bancada de técnico-administrativos, que mais uma vez foi contundente ao defender os trabalhadores. Jamais poderíamos imaginar que a maioria dos professores votaria contra seus próprios salários!

A tese da reitoria foi vitoriosa e o orçamento vai sem os 72,74%. Parece até ficção, mas Vieiralves sugeriu o envio de um ofício, junto com a proposta orçamentária, dizendo que os valores são insuficientes para a recomposição do índice do reajuste. A maioria dos

conselheiros docentes acatou a sugestão. Outro ponto polêmico foi a discussão do preenchimento do programa do governo (Sigo) que historicamente corta em 50% o orçamento aprovado no Conselho Universitário. Apesar das intervenções pelo não preenchimento, o que representaria o primeiro corte do orçamento, a decisão da maioria dos conselheiros foi pelo seu preenchimento. A bancada dos técnico-administrativos se posicionou contrariamente.

Ao final da sessão, foi aprovada uma moção de repúdio à atitude do governador em vetar o repasse mínimo dos 6% da RTL. A moção foi assinada pelo Consun e Cesepe e deverá ser publicada nos principais meios de comunicação.

Iniciada a campanha eleitoral do Sintuperj para gestão do biênio 2008 - 2010

Duas chapas se inscrevem para concorrer às eleições para Coordenadoria Executiva, Conselho Fiscal e Delegacia Sindical do Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe), da Uerj, que serão realizadas entre os dias 19 e 21 de agosto. São elas, a chapa 1, Ousar e Conquistar: com um sindicato de base forte e combativo; e a chapa 2, Unidade para lutar. Já na Delegacia Sindical da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), são três as chapas concorrentes. Os horários e os locais de votação serão divulgados pela comissão eleitoral no dia 5 de agosto, a partir das 15h.

Para votar, os trabalhadores das Universidades Públicas do Estado do Rio (Uerj e Uenf) devem

estar sindicalizados desde, no mínimo, 21 de maio de 2008, e também estar quitos com as obrigações financeiras com o Sindicato.

A direção



do Sintuperj que será eleita em agosto terá a responsabilidade de encaminhar a luta dos técnico-administrativos pelo reajuste salarial e, também, a luta em defesa da Uerj. Luta que passa pelo cumprimento da Constituição Estadual que estabelece o repasse de, no mínimo, 6% da receita líquida para a Uerj. Esta verba é decisiva para a recomposição da infra-estrutura material da Universidade e para a urgente e necessária melhoria das condições de trabalho dos seus servidores.

Este é um momento muito importante na vida do nosso sindicato. Não deixe de votar. Uma eleição se faz com o voto de cada um de nós. Fique atento à divulgação dos horários e locais de votação.

■ Governador veta os 6% para a Uerj

O pedido de Sérgio Cabral ao Supremo Tribunal Federal (STF) foi atendido por Gilmar Mendes, o mesmo que concedeu hábeas corpus para o banqueiro Daniel Dantas. Com uma diferença de poucos dias, o ministro mandou soltar um acusado de ter cometido vários crimes financeiros e autorizou o governador a descumprir a lei estadual.

Agora, Sérgio Cabral está livre para não incluir os 6% da Uerj no orçamento de 2009. Agindo desta maneira, Cabral passa por cima da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. A Alerj aprovou, no final de junho, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com previsão de, no mínimo, 6% da receita para a Uerj. A emenda foi de autoria do deputado

estadual Comte Bittencourt (PPS), que preside a Comissão de Educação.

Sem essa verba, o funcionamento da Uerj está seriamente comprometido. A Universidade precisa urgentemente de recursos para manutenção e recomposição da infra-estrutura, como por exemplo, a manutenção e aquisição de equipamentos. Além disso, a realização de concurso público e reajuste dos salários dos trabalhadores congelados há sete anos devem ser de imediato. Unidades como o Hupe e o Cap são reflexos da precariedade na qual funciona a Universidade.

A ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade), impetrada pelo governador, é uma afronta à educação pública. O argumento utilizado de que "fere a

autonomia dos poderes" é descabido.

Por que ele não propõe revogar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), já que ela também fere a autonomia dos poderes, definindo o percentual máximo de "gastos" com pessoal na esfera pública?

Abaixo-assinado continua

O Sintuperj e a Asduerj aumentaram a mobilização para a coleta de assinaturas cobrando o cumprimento da lei.

Para participar deste movimento, basta entrar na página do Sindicato (www.sintuperj.org.br), imprimir o abaixo-assinado e recolher assinaturas.